

Imperialismo e dependência: particularidades e complementariedade do processo de acumulação de capital

Maurício Mulinari¹

Resumo

O presente artigo traz como objeto a compreensão das particularidades e da complementariedade entre o processo de acumulação de capital nos países imperialistas e nos países dependentes. Diante disso, com base nas categorias desenvolvidas por Karl Marx na Crítica da Economia Política, buscamos apreender a produção e reprodução das relações de dependência da economia latino-americana em uma linha de continuidade entre a teoria do imperialismo de Lenin e a teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini.

Palavras-chave

Imperialismo; dependência; acumulação de capital.

Imperialism and dependence: particularities and complementarity of the capital accumulation process

Abstract

This article aims to understand the particularities and complementarity between the process of capital accumulation in imperialist countries and dependent countries. Therefore, based on the categories developed by Karl Marx in the Critique of Political Economy, we seek to understand the production and reproduction of dependency relations in the Latin American economy in a line of continuity between Lenin's theory of imperialism and the Ruy Mauro Marini's Marxist theory of dependency.

Keywords

Imperialism; dependency; capital accumulation.

Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024

Introdução

O *imperialismo*, tal como compreendido por Lenin (1985) como *fase superior do capitalismo*, tem no desenvolvimento dos monopólios e no surgimento do capital financeiro seus pilares fundamentais. Este último, por sua vez, trata-se da fusão entre o capital industrial e o capital bancário, ou seja, a forma de organização que a propriedade do capital adquiriu, concentrando-se nos países que desenvolveram, pioneiramente, os monopólios produtivos capitalistas. O processo histórico que demarca a transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo, por sua vez, desdobrou-se na virada do século XIX para o século XX, justamente no mesmo momento em que tinha fim definitivo o sistema colonial na América Latina.

O fato fundamental desse período para as então nações coloniais é que o capital financeiro, uma vez concentrado nos países avançados e vislumbrando atrativas possibilidades de lucros na produção de matérias-primas, passou a ser exportado. Um dos destinos dessa exportação foi o mundo colonial, alterando quantitativa e qualitativamente as relações sociais de produção que até então ali vigoravam. Se o sistema colonial já atravessava uma longa crise desde o início do século XIX – fato que estimulou os processos de independências nacionais das colônias – foi com a consolidação do imperialismo que ocorreu a transformação definitiva das relações coloniais em relações de dependência.

Assim ocorreu a transição da dominação colonial em direção às relações de dependência dos países latino-americanos, entendidas, nos termos de Ruy Mauro Marini (2005):

[...] como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Ibid., p. 141).

Com a entrada do capital financeiro, ao mesmo tempo em que os países latino-americanos registraram um salto no desenvolvimento das forças produtivas instaladas em seus territórios – basicamente orientadas à produção de matérias-primas agrícolas e minerais e, em alguns casos posteriores, na produção de mercadorias manufaturadas – tornaram-se dependentes desse capital de propriedade estrangeira, algo que, até os dias de hoje, determina a inserção dos países dependentes no mercado mundial.

Assim feito, o artigo em questão procurará estabelecer esse vínculo orgânico entre a teoria do imperialismo em sua versão desenvolvida por Lenin (1985) com a teoria marxista da dependência elaborada por Ruy Mauro Marini (2005), apresentando, ao final, algumas particularidades do ciclo do capital nas economias dependentes. O fio condutor de tal análise será baseado nos determinantes do processo de acumulação de capital, tal qual elaborados por Karl Marx na *Crítica da Economia Política* condensada nos três tomos d'*O Capital* (2006; 2005; 2008). Faremos isso por considerar que essa é a base segura para estabelecer as relações de continuidade entre a teoria do imperialismo e a teoria marxista da dependência.

Para atingir tal objetivo, o artigo em questão será organizado em duas seções. A primeira tratará de algumas características do imperialismo, sendo elas os monopólios e o capital financeiro. Já a segunda apresentará os determinantes da transição do sistema colonial para as relações de dependência e indicará as particularidades do ciclo do capital nos países dependentes.

Imperialismo: monopólios e capital financeiro

A transformação da fase concorrencial do capitalismo na era dos monopólios demarca a transição do século XIX para o século XX. Nos termos de Lenin:

O enorme desenvolvimento da indústria, e o processo de concentração extremamente rápido da produção, em empresas

cada vez mais importantes, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo. [...] a concentração, atingindo um certo grau do seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, permita-se a expressão, diretamente ao monopólio. [...] Esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno. (LENIN, 1985, p. 16-18)

Logo, se o *enorme desenvolvimento da indústria e o processo de concentração da produção* conduzem ao monopólio, é fundamental desvendar ambos esses mecanismos. Primeiramente, em uma sociedade de relações capitalistas de produção, o determinante no desenvolvimento da indústria – que culmina na fase da *grande indústria moderna* – é assegurar as condições para a vitalidade do processo de *acumulação de capital* (MARX, 2006).

Diante disso, é fundamental analisarmos as profundas transformações anteriores que tiveram de ser produzidas no interior da indústria para que esta fosse plenamente subordinada à sua forma de produção capitalista. Iniciemos, portanto, pelos fundamentos do próprio processo de produção capitalista que precisaram ser desenvolvidos antes de se alcançar a sua etapa imperialista. Nesse sentido, Marx expunha que:

Todo o caráter da produção capitalista é determinado pelo imperativo de aumentar o valor-capital adiantado, de produzir, portanto, antes de tudo, a maior quantidade possível de mais-valia; em seguida, pelo imperativo de produzir capital, ou seja, de transformar mais-valia em capital. A acumulação ou produção em escala ampliada se revela meio de produzir mais-valia em quantidade cada vez maior e de enriquecer o capitalista, que vê no enriquecimento seu objetivo pessoal [...]. O aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo. (Marx, 2005, p. 89-90)

Com isso, o ciclo de reprodução das relações capitalistas de produção em escala ampliada pressupõe a unidade indissociável de dois momentos opostos e complementares: de um lado, a produção da

mais-valia e, de outro, a circulação (distribuição e consumo) dessa mais-valia na forma de reinvestimento produtivo – transformação da mais-valia em novo capital. Para compreender tal processo é preciso, de antemão, recorrer a diferenciação feita por Marx entre a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital. Partimos, portanto, da própria categoria *reprodução*, algo inerente a qualquer forma social do processo de produção (seja ela capitalista ou não):

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem converter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. [...]

Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. (MARX, 2006, p. 661)

Portanto, a reprodução do capital exige, de forma contínua, periódica e ininterrupta, que o valor total criado no processo de produção, após ser realizado no processo de circulação, retorne ao processo de produção, no mínimo, na quantidade necessária para reproduzir de forma simples o capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho) adiantados. Já a forma de consumo da mais-valia, o valor que excede o adiantamento inicial, não interfere na reprodução simples do capital, sendo fundamental, isso sim, para a reprodução ampliada – ou, dito de outra forma, para a acumulação de capital.

A medida da reprodução ampliada, por sua vez, é definida pela forma como os capitalistas consomem a mais-valia. Podem consumi-la tanto de forma improdutiva, comprando bens de consumo pessoal, quanto de forma produtiva, ampliando o capital constante e o capital variável que entrarão em um novo ciclo de produção e, assim, produzir mais-valia de forma ampliada. Logo, para que haja o movimento de espiral crescente da acumulação de capital, ao menos uma parte da mais-valia precisa ser consumida produtivamente, ou seja, precisa ser capitalizada (MARX, 2006; 2005).

Desse modo, quanto maior for o reinvestimento da mais-valia e menor o dispêndio improdutivo enquanto renda, mais dinâmico é o processo de acumulação de capital, ou, o que quer dizer o mesmo, mais amplo é o raio dessa espiral crescente. O ritmo da acumulação, portanto, ocorre no âmbito do consumo da mais-valia na esfera da circulação e é de responsabilidade das próprias classes proprietárias que vivem desse trabalho excedente não pago.

De outra parte, quanto maior for a massa de mais-valia produzida, mais espaço o capitalista tem para arbitrar entre seu consumo produtivo e improdutivo. Ao expandir a mais-valia o capitalista pode, ao mesmo tempo, ampliar seu consumo improdutivo sem comprometer seu consumo produtivo ou até mesmo expandi-lo. Assim sendo, também é determinante para o ritmo da acumulação de capital a massa de mais-valia produzida, que é definida justamente na esfera da produção. Portanto, expandir a mais-valia, ou seja, ampliar a massa de trabalhadores explorados e a taxa de exploração da força de trabalho – a relação entre o tempo de trabalho não pago e o tempo necessário à reprodução da força de trabalho – também é fundamental para dilatar a espiral crescente da acumulação de capital.

Uma terceira forma de ampliar a espiral crescente da acumulação de capital consiste no barateamento do valor do capital constante e do capital variável. Torna-se possível que, para manter a mesma reprodução simples do capital, seja necessário o reinvestimento de

parcela menor do valor-mercadoria realizado no mercado. Com isso, uma depreciação do valor do capital variável – seja através do barateamento dos bens necessários à reprodução da força de trabalho ou através do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor – e um rebaixamento do valor do capital constante – através do acesso à novas fontes de matérias-primas ou do aumento da produtividade das mesmas, por exemplo – faz com que, imediatamente, a reprodução simples do capital demande uma parcela menor do valor antes necessário, “liberando” um valor adicional disponível para a expansão do processo de acumulação de capital.

Portanto, chegamos a três condicionantes para o dinamismo do processo de acumulação de capital: a massa de mais-valia disponível, o consumo produtivo ou improdutivo da mais-valia pelas classes proprietárias e o barateamento dos elementos do capital constante e do capital variável. Assim, a significação essencial da vitória política da burguesia industrial sobre as antigas classes proprietárias rurais – que no caso clássico da Inglaterra se expressou na vitória do liberalismo econômico – foi assegurar as condições para o maior dinamismo do processo de acumulação de capital. Garantidas tais condições, por sua vez, o próprio desenvolvimento da acumulação de capital conduz a um salto de qualidade da produção em direção aos monopólios. Esse desenvolvimento, entretanto, tem um primeiro passo decisivo, sendo ele a passagem da fase manufatureira e artesanal da acumulação de capital para a sua organização em *grande indústria moderna* (MARX, 2006).

Com a *grande indústria moderna* e os *sistemas fabris* a ela associados inaugurou-se uma nova etapa histórica da produção humana, em que a produção capitalista supera a base técnica estreita da produção artesanal e cria uma base própria, adequada ao processo incessante de acumulação de capital. O pilar central de tal transição, por sua vez, foi o desenvolvimento de uma grande indústria produtora de máquinas², algo que completou o ciclo de subordinação de todos

os setores produtivos às necessidades de expansão permanente do capital e criou as condições iniciais para sua posterior transformação em imperialismo – entendido como *fase superior do capitalismo* nos termos tratados por Lenin.

Essa forma social capitalista da produção industrial, se por um lado garantiu a superação histórica dos limites individuais e pulverizados da produção industrial anterior, garantindo “[...] um imenso progresso na socialização da produção [...], particularmente, no domínio dos aperfeiçoamentos e inovações técnicas” (LENIN, 1985, p. 25), ou seja, cumpriu uma função histórica ao desenvolver de forma revolucionária as forças produtivas³, manteve, e até mesmo reforçou, os limites estreitos da propriedade privada e do enriquecimento individual como princípios limitadores das potencialidades de emancipação humana objetivamente disponíveis. Portanto, aquilo que existe como força de libertação do gênero humano aparece sob a forma da ampliação do domínio privado do poder social por meio de uma propriedade privada cada vez mais centralizada, ou, em outros termos, por meio do desenvolvimento de monopólios cada vez mais poderosos.

Para que essa enorme força social centralizada se desenvolvesse, fundamental também foi o papel das grandes concentrações de capital-dinheiro. Capital-dinheiro e não apenas dinheiro, já que, tal qual desenvolvido por Marx (2006), o “[...] dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma da circulação” (Ibid., p. 177). Assim, da mesma forma que a mais-valia só passa a ser capitalizada quando inserida no processo de expansão em espiral do capital, também o dinheiro passa a ser capital-dinheiro quando está subordinado ao processo de acumulação de capital. Portanto,

[...] o valor-capital, na condição de dinheiro, só pode desempenhar as funções de dinheiro, e mais nenhuma outra. O que faz delas funções de capital é o papel definitivo que possuem no movimento do capital e, por consequência, a conexão que

liga o estádio em que elas aparecem com os outros estádios do capital. (MARX, 2005, p. 42)

Dessa forma, não é o dinheiro que produz o capital – apesar da existência dele ser seu pressuposto histórico⁴. O capital só é produzido onde as relações sociais de produção já aparecem de antemão baseadas na separação entre os proprietários capitalistas dos meios de produção e os proprietários da própria força de trabalho, os trabalhadores apartados dos meios de produção e dos meios de subsistência. Logo, mediante essas separações, que já existem no âmbito da distribuição da propriedade privada, o dinheiro cumpre o papel de propiciar, por meio de uma relação de compra e venda no mercado, a união daquilo que a história separou.

[...] A relação de capital apenas surge durante o processo de produção porque ela já existe no ato da circulação, nas condições econômicas fundamentalmente diversas em que se defrontam comprador e vendedor, em sua relação de classe. Não é o dinheiro que, por sua natureza, estabelece essa relação; é antes a existência dessa relação que pode transmutar uma simples função monetária numa função de capital. (MARX, 2005, p 45)

Assim sendo, o capital-dinheiro só existe perante a qualidade de ser capital produtivo em potencial. Para além da sua função de equivalente geral das trocas, adquire assim um novo valor de uso: funcionar como capital, como condição para a produção de mais-valia. Com isso, nas palavras de Marx, “[...] nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria” (MARX, 2008, p. 454).

Dessa maneira, os bancos, os principais depositários da mercadoria capital-dinheiro, ganham nova função com o desenvolvimento da acumulação de capital. Diante da própria magnitude ciclópica dessa acumulação na etapa da grande indústria moderna, a disponibilidade de enormes somas de capital-dinheiro torna-se, ao mesmo tempo,



um produto e uma necessidade da produção capitalista em escala social. Com isso, na fase superior do capitalismo, formam-se não apenas os monopólios industriais, mas também os monopólios bancários, proprietários de somas imensas de capital na forma monetária, que provocam alterações qualitativas na forma de manifestação da propriedade privada do capital.

À medida que os lucros aumentam e os bancos se concentram em um pequeno número de estabelecimentos, estes deixam de ser modestos intermediários para se tornarem monopólios todo-poderosos, dispendo da quase-totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um dado país ou de toda uma série de países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários em um punhado de monopolistas constitui um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. (LENIN, 1985, p. 30)

Diante dessa enorme concentração, os bancos não se limitam mais a ser “meros” prestamistas de capital-dinheiro para que o capitalista industrial opere com este capital de forma produtiva. O próprio banco passa a adquirir participação na propriedade do capital produtivo, operando uma fusão entre a propriedade dos monopólios bancários e a propriedade dos monopólios industriais. Cria-se, assim, o *capital financeiro*⁵, quando “[...] os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo” (LENIN, 1985, p. 35). Nessa nova relação estabelecida entre a indústria e os bancos, amplia-se sobremaneira o domínio dos monopólios.

Tal processo de fusão da propriedade de distintos capitalistas individuais, por sua vez, não é diferente, em seus fundamentos, daquilo que Marx desenvolveu como *centralização de capital*. Se a *concentração de capital* é o produto do processo visto acima de acumulação nos moldes do reinvestimento da mais-valia – no qual ocorre a ampliação do tamanho e do número de capitalistas, assim como a

concorrência entre eles; a *centralização* constitui apenas a mudança do formato da propriedade privada, em que os capitalistas mais poderosos absorvem, por meio de fusões e aquisições, os capitais já formados pelo próprio processo de concentração anterior. Portanto, o *capital financeiro* é produto de um elevado grau tanto da concentração quanto, especialmente, da *centralização de capital*.

Para além disso, Marx (2006) caracterizou a organização das sociedades anônimas – as enormes empresas de propriedade pulverizada entre acionistas – como um ponto auge da centralização de capital. Diante desse ponto auge, as sociedades anônimas trataram de aumentar de forma grandiosa a capacidade de adiantamento do capital–dinheiro, propiciando saltos ainda mais fabulosos no ciclo em espiral ascendente da acumulação de capital. Nas palavras do autor:

É evidente que a acumulação, o aumento progressivo do capital pela reprodução, que passa da forma circular para a de espiral, é processo bastante lento, comparado com a centralização, que precisa apenas alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo estaria sem estradas de ferro, se tivesse de esperar que a acumulação capacitasse alguns capitalistas isolados para a construção de uma ferrovia. A centralização, entretanto, por meio da organização das sociedades anônimas, cria num instante as condições para uma tarefa dessa ordem. (MARX, 2006, p. 731)

Dessa maneira, o capital financeiro é, ao mesmo tempo, produto e impulsionador do desenvolvimento acelerado do capital industrial. Quando o processo da acumulação de capital atinge a etapa da grande indústria moderna e a consolidação dos monopólios que lhe sucedem, o capital financeiro aparece como a forma mais adequada de adiantamento de capital–dinheiro para essa nova base técnica revolucionária da produção capitalista e, portanto, impulsiona com ainda mais vigor o processo de acumulação de capital.

Assim, os Estados que se tornaram independentes politicamente e atingiram a posição de potências imperialistas precisaram histórica-

mente garantir as condições para o elevado dinamismo da acumulação de capital. Atingiram, assim, as bases produtivas necessárias para desenvolver os monopólios e a enorme concentração de capital-dinheiro para permitir a organização da propriedade privada capitalista em formato de capital financeiro – fusão do capital industrial e bancário.

Tais Estados, representantes políticos do poderoso capital financeiro concentrado em seus territórios, entram em disputa internacional pela divisão da totalidade do globo terrestre. Buscam assegurar, de um lado, as fontes baratas de matérias-primas e alimentos, e, de outro, os mercados para a exportação de suas mercadorias e capitais. Nessa fase, as potências imperialistas acumularam tanto capital que este, na constante busca pela autovalorização, extrapola as fronteiras nacionais. Inaugura-se assim a fase da exportação de capitais, que vai muito além dos empréstimos internacionais e da exportação de mercadorias industriais. Exporta-se, junto ao capital financeiro, relações sociais de produção, e é justamente no interior desse processo que devemos compreender a transição do sistema colonial às relações de dependência na América Latina.

Produção e reprodução das relações de dependência

Nesse quadro histórico-categorial anteriormente descrito é que devemos compreender a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina. Antes mesmo da consolidação da grande indústria moderna nos países capitalistas pioneiros, o barateamento das matérias-primas e das mercadorias consumidas pela força de trabalho foram aspectos essenciais para o processo acelerado de acumulação de capital, conforme já assinalamos na seção precedente. Dessa forma, o desenvolvimento do modo de produção capitalista teve como pressuposto a existência anterior do mercado mundial como espaço de intercâmbio⁶, sendo o sistema colonial a sua realidade histórica.

As colônias, ao serem integradas ao mercado mundial pelas mãos do capital mercantil europeu, foram parte constitutiva do proces-

so de acumulação primitiva do capital em escala mundial (CUEVA, 1983). Foram, assim, um dos pilares do processo de consolidação da reprodução ampliada das relações capitalistas de produção, que primeiro se desenvolveram em alguns países metropolitanos. Nesse sentido, desde antes da fase dos monopólios industriais, o sistema colonial, ao intensificar as trocas internacionais e garantir aos países dominantes o influxo necessário de matérias-primas, alimentos e meios de pagamento (ouro e prata), foi decisivo para permitir a especialização manufatureira de algumas poucas nações. Especialização esta que, por sua vez, ampliou significativamente a capacidade de extração da mais-valia sobre a classe operária, preparando as bases para o salto subsequente em direção aos sistemas fabris. Em síntese, nas palavras do próprio Marx, “[...] no período manufatureiro, a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial, que figuram entre as condições de existência gerais desse período” (MARX, 2006, p. 408-409).

Cumprindo essa função dentro do sistema colonial, a herança deixada para os países coloniais foi a de mais de três séculos de estagnação no desenvolvimento das forças produtivas. A síntese registrada ao final do período colonial foi a de países especializados na produção de poucas mercadorias voltadas para atender as necessidades da Europa, tendo seu modo de produção baseado em relações de trabalho escravistas e servis de baixíssima produtividade, para além de um medíocre desenvolvimento do mercado interno⁷. Em conformidade com as análises de Cueva, podemos dizer que:

[...] a estrutura econômico-social herdada do período colonial se caracterizou por um baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas e por relações sociais de produção baseadas na escravatura e na servidão, fato que constituiu um *handicap* – para dizer o mínimo – para o desenvolvimento posterior de nossas sociedades. (CUEVA, 1983, p. 26, grifo do autor)

Logo, do ponto de vista da concorrência entre as nações, produziu-se uma enorme desvantagem histórica para as economias latino-americanas no mercado mundial. Ao iniciar o século XIX, a formação econômica e social colonial não apresentava qualquer embrião do que poderia ser tratado como uma indústria relevante (PRADO JÚNIOR, 2008). Em outros termos, inexistia qualquer processo significativo de acumulação de capital no interior dos países coloniais, sendo esta a base objetiva da América Latina quando da ascensão da grande indústria moderna nos países metropolitanos.

Nesse novo capítulo da história mundial, transformaram-se as relações sociais de produção nos países avançados, sendo que o capital mercantil – e com ele todo o sistema colonial – passou a ser subordinado às determinações do ciclo do capital industrial – o processo de acumulação de capital em espiral ascendente de que tratamos na seção anterior. Logo, necessitando atender o ritmo crescente da produção ditado pelas máquinas, ampliou-se exponencialmente a demanda internacional por alimentos e, especialmente, por matérias-primas⁸. Foi criado um impulso em direção ao aumento da produtividade na produção realizada no território dos países coloniais, fato que entrava em choque com as relações de produção ali existentes, tendo início um longo e lento processo de crise que daria fim ao sistema colonial⁹.

Com essa expansão do mercado externo, significativas modificações, ainda que embrionárias, começaram a ocorrer nos países coloniais. Como tratado por Ruy Mauro Marini (2005), mesmo que as relações de produção inicialmente sofressem poucas mudanças, ao modificar-se radicalmente a base da produção no polo capitalista avançado – alterando a função do capital mercantil – rearticulou-se toda a forma de inserção dos países latino-americanos ao mercado mundial. Consolidava-se, assim, uma nova estrutura definida por meio de uma “[...] divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2005, p. 141).

Dessa maneira, apenas nessa nova organização do mercado mun-

dial, ou, nos termos de Marini (Ibid.), na nova divisão internacional do trabalho inaugurada com o advento do capital industrial nos países avançados, é possível se falar em uma relação de dependência nos países latino-americanos. As modificações posteriores no modo de produção dos países subordinados, agora independentes politicamente, serão determinadas pelas necessidades do processo de reprodução do capital nos países avançados. Estas necessidades, no entanto, não são mais constituídas pura e simplesmente de forma exógena, por meio de relações exclusivamente coercitivas e impositivas, tal qual ocorria no período colonial. O ulterior desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos, por se dar majoritariamente por meio da importação de capitais externo, foi realizado de forma orgânica ao centro imperialista, ou seja, de maneira *dependente*.

Portanto, quando do desenvolvimento de relações capitalistas de produção na América Latina, o espaço para o desenvolvimento autóctone da burguesia nacional já estava ocupado pela enorme capacidade de o capital financeiro centralizado nos países imperialistas ampliar seus tentáculos sobre a totalidade do mundo. Com o capital financeiro estrangeiro no centro do desenvolvimento das relações capitalistas na periferia produtora de matérias-primas e alimentos, a teia complexa das relações de dependência passa a ser muito mais intrincada e sólida do que a linha direta do domínio colonial. Logo, altera-se qualitativamente o papel das classes dominantes dos países atrasados, que passam a ser incorporadas de forma associada ao capital financeiro externo, não mais guardando nenhuma capacidade de efetivar uma independência econômica e política perante o imperialismo.

Nesse diapasão, a formulação de Marini sobre a *dependência* latino-americana empresta seu sentido original do debate realizado por Lenin na brochura sobre O imperialismo, *fase superior do capitalismo*. O autor russo é quem elabora sobre a “[...] situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros” (LENIN, 1985, p. 58), sendo que, naquele momento

(dados de 1910), Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha concentravam 80% do capital financeiro mundial. Diante disso:

Quase todo o restante do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, que são os quatro pilares do capital financeiro mundial, *verdadeiramente banqueiros internacionais*.

Importa, particularmente, examinar o papel que a exportação de capitais desempenha na expansão da *rede internacional de dependências e relações com o capital financeiro* (Ibid., p. 59, grifo nosso).

Ressaltamos, dessa forma, a organicidade da teoria marxista da dependência com a teoria do imperialismo. Não é por acaso que Marini irá associar o salto das exportações latino-americanas a partir da segunda metade do século XIX – promovido pela demanda da grande indústria moderna nos países europeus e nos Estados Unidos – à correlata importação de dívidas. Como colocado por ele, “[...] a partir do momento em que o comércio exterior começa a gerar saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente na América Latina” (MARINI, 2005, p. 140). Em suma, embrionariamente, antes mesmo do processo posterior de desenvolvimento de relações eminentemente capitalistas e, inclusive, dando base a ele, a América Latina já começava a organizar sua economia em uma *rede internacional de dependências e relações com o capital financeiro*, centralizada, por sua vez, nos países imperialistas – os *banqueiros internacionais*.

Em outra passagem do texto de Lenin aparece ainda mais nitidamente a vinculação do tema da *dependência com a teoria do imperialismo*. Isso, justamente, quando ele aponta a forma como o imperialismo, na luta encarniçada e decisiva pelo domínio das fontes mundiais de matérias-primas, promove a partilha da integralidade do globo terrestre entre um grupo reduzido de potências industriais¹⁰. Assim, no interior dessa nova partilha do mundo, o capital financeiro e a política

internacional a ele associada estabelecem uma nova hierarquia entre as nações, não reduzida mais, apenas, a oposição entre possuidores de colônias e países colonizados. Entre esses dois polos - que continuaram existindo no mercado mundial - criaram-se diversas formas *transitórias* de dependência. Nas palavras de Lenin:

Desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, deve notar-se que o capital financeiro e a política internacional que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados, mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática (LENIN, 1985, p. 84, grifo do autor).

Portanto, como continuador da perspectiva teórica de Lenin, faz todo o sentido a afirmação de Marini em torno da necessidade de reorganização permanente da dependência, criando e recriando formas *transitórias* adequadas a assegurar o conteúdo essencial da relação de dominação: a partilha do mundo para garantir o fornecimento das matérias-primas para a vigorosa acumulação de capital nos países dominantes.

Por fim, corroborando esse novo caráter da dominação imperialista, dentre essas gradações de dependência que se afirmam nos diferentes países que compõem o sistema imperialista, Lenin utilizou o exemplo da Argentina - extrapolando-o como forma típica da dependência na América do Sul. Apresentou, assim, uma nação que, não sendo semicolonial, mas politicamente independente, vinculava-se organicamente à *dependência do capital financeiro inglês investido produtivamente em seu território*. Com isso, era assegurado “[...] ao capital financeiro - e à sua fiel ‘amiga’, a diplomacia - da Inglaterra sólidas

relações com a burguesia da Argentina, com os meios dirigentes de toda a vida econômica e política deste país” (LENIN, 1985, p. 84).

Assim, com base na constituição das relações de dependência, ocorre que o ciclo industrial da acumulação de capital no território latino-americano, quando definitivamente instaurado com base na importação de capital financeiro e na criação de um mercado interno para o capital, não opera sob os mesmos determinantes do ciclo dos países imperialistas. Marini (2012) elabora sobre isso dividindo o ciclo de reprodução do capital em três fases: a circulação que antecede a produção (C¹) – em que se antecipa o capital-dinheiro a ser utilizado na compra da força de trabalho e dos meios de produção; a produção propriamente dita (P) – na qual ocorre a valorização do valor no contato do trabalho vivo com o trabalho morto; e a circulação que visa a realização das mercadorias produzidas e a distribuição do seu resultado entre as classes sociais (C²). Em síntese, recupera o ciclo de reprodução do capital tal qual Marx (2005) apresentou sinteticamente na fórmula D-M...P...M'-D', porém, considerando as particularidades desse ciclo em países dependentes.

Considerando a etapa C¹, destaca-se a forte participação do capital financeiro estrangeiro no investimento inicial, impondo, de antemão, a remuneração futura sobre a propriedade desse capital adiantado. Ainda na etapa C¹, mas agora no ato de compra dos elementos necessários à produção, parte considerável desse capital estrangeiro internalizado é novamente direcionado ao exterior quando da necessidade da aquisição de parte significativa dos meios de produção, particularmente máquinas e equipamentos e outros insumos de maior composição tecnológica – setores avançados que nunca foram internalizados nas economias dependentes e que se concentram nos países imperialistas. Diante disso, essas duas facetas da etapa C¹ configuram uma dupla dependência – financeira e tecnológica – que reproduz em escala ampliada a evasão da mais-valia produzida internamente que, em parte, é direcionada para remunerar setores do capital de propriedade estrangeira na etapa C² – isso aparece nitidamente na dinâmica

estruturalmente deficitária dos balanços de pagamento dos países dependentes, tal como o Brasil.

Para compensar essa dupla perda de mais-valia que ocorre em nível da circulação internacional, algo que cria barreiras ao dinamismo do processo em espiral crescente da acumulação de capital interna, a burguesia local necessita de uma modalidade particular de relação com a força de trabalho nacional, caracterizada por Marini (2005) como superexploração da força de trabalho. Essa opera mediante três mecanismos fundamentais: 1) a ampliação da jornada de trabalho; 2) a intensificação do trabalho; e 3) a remuneração da classe trabalhadora abaixo do seu valor; fenômenos que, articulados, configuram a essência da superexploração: a negação das condições necessárias para repor o desgaste da força de trabalho, implicando uma maneira de ampliar a taxa de mais-valia mediante, unicamente, o maior desgaste da mercadoria força de trabalho – com repercussões nos níveis superiores de pauperismo registrados nos países dependentes na comparação com os países imperialistas.

Sendo assim, o ciclo do capital nos países dependentes é condicionado pela sua subordinação histórica aos países imperialistas. Ao perder parcela da mais-valia criada internamente, reproduz-se uma dinâmica truncada na espiral ascendente da acumulação de capital. Logo, diante da carência estrutural de capitais, amplia-se a dependência da entrada de novos capitais externos para levar em frente a acumulação de capital – especialmente em momentos de expansão geral da atividade econômica. De outro lado, os países imperialistas têm sua dinâmica de acumulação de capital incrementada, beneficiando-se tanto da exploração interna da sua força de trabalho quanto da exploração externa da força de trabalho dos países dependentes – o que Lenin (1985) associou aos superlucros advindos das relações exteriores do imperialismo. Dessa forma, são reproduzidas em escala ampliada as relações de dependência, que, por sua vez, só podem ser entendidas no interior da organização do mercado mundial em sua fase imperialista.

Considerações finais

Entendemos que a teoria marxista da dependência guarda uma relação de continuidade com a teoria do imperialismo. Ambas, por sua vez, estão calcadas nas categorias elaboradas por Karl Marx na *Crítica da Economia Política* – condensadas essencialmente nos três tomos d’*O Capital* (2006; 2005; 2008) – constituindo parte da tradição marxista de interpretação das particularidades históricas.

O centro do debate travado tanto pela teoria do imperialismo de Lenin quanto pela teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini está nos esquemas de reprodução do capital, guardando relação com a forma específica e complementar que cada particularidade histórica – seja ela imperialista ou dependente – consolidou a produção e reprodução de relações sociais capitalistas e, por meio delas, engendrou o ciclo da acumulação de capital.

Assim, os primeiros países que foram capazes de criar as condições para a reprodução do capital em espiral ascendente – beneficiados tanto pelas suas particularidades internas quanto pela sua posição metropolitana no sistema colonial – atingiram a etapa imperialista dos monopólios e do capital financeiro, garantindo uma posição de domínio na divisão internacional do trabalho.

Já os países latino-americanos, quando começaram seu processo de reprodução ampliada do capital, encontravam-se em uma dupla desvantagem histórica. A primeira, referente ao seu passado colonial, que lhes legou um baixo desenvolvimento das forças produtivas e uma carência interna de capitais. A segunda, o fato de que o capital financeiro externo já se encontrava a disposição para ser importado, sendo ele o principal responsável pelos processos de modernização das antigas colônias.

Dessa forma, quando abandonaram a situação colonial e tornaram-se politicamente independentes, imediatamente configuraram-se relações de dependência em relação a esse capital financeiro externo. Dependência que, por sua vez, é reproduzida ainda hoje de forma

ampliada através da transferência de valor que ocorre entre países dependentes e países imperialistas.

Referências

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

LENIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**, fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

MARINI, Ruiy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruiy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 2: o processo de circulação do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Notas

- 1 Economista, Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9271-6983>. E-mail: mauriciomulinari@gmail.com.
- 2 “A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés”. (MARX, 2006, p. 441)



- 3 A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. [...]
A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telegráfo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (MARX; ENGELS, 2010, p. 43-44)
- 4 “A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital. [...] Historicamente, em suas origens, é sob a forma de dinheiro que o capital se confronta com a propriedade imobiliária; como fortuna em dinheiro, capital do comerciante ou do usurário”. (MARX, 2006, p. 177)
- 5 “Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção”. (LENIN, 1985, p. 46)
- 6 Já nas discussões sobre o papel cumprido pelo dinheiro na sociedade mercantil, anterior a própria transformação do dinheiro em capital e da força de trabalho em mercadoria – fundamento do modo de produção capitalista –, Marx afirmou que “[...] só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a encarnação social imediata do trabalho humano abstrato; sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito” (MARX, 2006, p. 169).
- 7 Tanto a terra quanto a força de trabalho, os principais meios de produção no sistema colonial, não eram livres no sentido apreendido por Marx (2006). Assim sendo, as poucas mercadorias produzidas no interior das colônias, baseadas no modelo do latifúndio monocultor, vinculavam-se exclusivamente com o mercado externo. Por sua vez, a reprodução da população no interior das colônias era garantida parcamente por uma medíocre agricultura de subsistência, o que se somava à violência inerente ao processo de exploração e àquela impetrada contra a insurgência das rebeliões dos cativos que, em poucos anos, destruiu fisicamente a força de trabalho. Assim, esta precisava ser renovada e ampliada

permanentemente pelo lucrativo tráfico negreiro, que passava a ser o principal negócio do sistema colonial (PRADO JÚNIOR, 2008; WILLIAMS, 2009).

- 8 “Na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho, o valor da matéria-prima vai se tornando componente cada vez maior do valor do produto mercadoria, pois entra nele por inteiro, e, além disso, vão constantemente diminuindo cada parte alíquota do produto total a porção que repõe o desgaste da maquinaria e a porção que representa o novo trabalho adicionado. Em virtude dessa queda, aumenta proporcionalmente a outra parte do valor constituída pela matéria-prima, desde que não se interrompa esse crescimento por decréscimo correspondente no valor da matéria-prima, em virtude do aumento da produtividade do trabalho empregado na produção dela” (MARX, 2008, p. 147).
- 9 “A indústria capitalista toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia europeia. Resultará daí o declínio do antigo sistema colonial representado pelo pacto que é uma expressão perfeita do capitalismo comercial” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 124).
- 10 “O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. [...] Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias. [...] O capital financeiro não se interessa apenas pelas fontes de matérias-primas já conhecidas. Ele interessa-se igualmente pelas fontes possíveis; [...] o capital financeiro tem geralmente tendência para controlar o maior número possível de terras sejam elas quais forem e estejam elas onde estiverem e sejam quais forem os meios, esperando descobrir aí fontes de matérias-primas e recendo ficar para trás na encarniçada luta pela partilha das últimas parcelas ainda não partilhadas ou pela ‘nova partilha’ das parcelas já partilhadas” (LENIN, 1985, p. 81-83)



 10.17771/PUCRio.OSQ.67583